

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000189-02.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Contratos Bancários**  
 Exequente: **Banco do Brasil Sa**  
 Executado: **Sylmara Deborah de Oliveira Vieira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Tal como mencionado à fl. 58 e como se confirma pelo extrato a seguir, cuja juntada aos autos promovo, em 26.03.2012 a parte credora foi intimada a manifestar-se – dando andamento ao feito - e ficou-se inerte.

Nota-se que não se trata de suspensão pela falta de bens penhoráveis. Ao contrário. Pelo andamento procedimental, mostra-se evidente a desídia da parte credora, a quem competia, naquele momento, diligenciar em busca de bens, caso em que tem início a fluência do prazo de prescrição intercorrente (AgRg no AREsp 277.620/DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, 4ªT, DJe de 3/2/2014).

Como dispõe a Súm. 150 do Supremo Tribunal Federal, "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação", ou seja, no caso em tela em 05 anos ("a pretensão de perceber, por meio de ação monitória, quantia representada em contrato de abertura de crédito submete-se ao prazo prescricional de cinco anos previsto no art. 206, § 5º, I, do Código Civil", STJ, AgInt no REsp 1411353/RS, Rel. Min. Lázaro Guimarães (Des. Conv. TRF 5ªR), 4ªT, j. 05/12/2017).

Entre 26.03.2012 e a data em que protocolado este cumprimento de sentença transcorreram mais que 05 anos, de modo que julgo extinto este processo, com fulcro no art. 924, V do Código de Processo Civil.

P.I.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**